

PERFIL DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS EXISTENTES NO BRASIL – ASPECTOS COMERCIAIS.

Agnes de Freitas Melo Levorato¹; César Augusto Miranda Guedes²;

Palavras chaves: *Indicação Geográfica; Território; Desenvolvimento Urbano e Regional.*

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o Perfil das Indicações Geográficas Brasileiras (IG) no que concerne aos seus aspectos comerciais e suas potencialidades. O conceito de IG tem origem remota, mas se fortaleceu a partir da elaboração da Política Agrícola Comum, um dos principais pilares da então Comunidade Européia, criada com objetivo de combater o desabastecimento de alimentos na Europa do pós-guerra. Com o sucesso dessa política e o excedente de alimentos, há uma mudança na agenda implicando na valorização da paisagem e do ambiente, o que leva a valorização de produtos de qualidade ancorados no território.

No Brasil, a discussão sobre as IGs é recente e sua primeira legislação data de 1997. Segundo o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) órgão regulador das IGs no Brasil, entende-se por IG um produto ou serviço que seja ancorado a um território geograficamente delimitado apresentando características que são inerentes ao seu território impossibilitando sua replicação em outros lugares.

São incluídas nessas características fatores como o clima, relevo, altitude, além de fatores humanos que tornam esses produtos e serviços diferenciados. A intenção desse trabalho é descrever e analisar as IG's brasileiras enfatizando as dificuldades para sua consolidação e a necessidade de uma política pública potencialmente inovadora associada aos pequenos e médios produtores na perspectiva de uma gestão social que reforce o desenvolvimento territorial e seus desdobramentos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa vem sendo desenvolvida em trabalhos antecedentes sob orientação do Prof. Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes e possui como principal instrumento a visualização e análise qualitativa das páginas na *web* das Indicações Geográficas Brasileiras, a fim de captar através dos recursos disponibilizados em cada página suas características e capacidade de comunicação com a sociedade e o mercado. Foi realizada a revisão bibliográfica disponível sobre o tema, e a análise das legislações pertinentes a este tipo de Propriedade Intelectual.

A metodologia contou também com a participação em um Seminário Internacional de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas, realizado pelo SEBRAE, o qual rendeu um relatório descritivo de todo conteúdo do seminário. E por fim, a realização de um Curso Geral de Propriedade Industrial à distância oferecido pelo Instituto de Propriedade Industrial– INPI.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As discussões pertinentes a IG no Brasil ainda são recentes e apresentam peculiaridades na sua legislação em relação a outras legislações, principalmente a possibilidade de considerar uma IG de serviços que possui mecanismos totalmente diferentes das IGs de bens agroalimentares.

Diversas fragilidades foram observadas, como a relação do poder público desempenhado pelo MAPA, pois o órgão que deveria contribuir para a disseminação da informação sobre IG's e sua articulação com a agricultura familiar seria o MDA, pela sua própria natureza. Por exemplo: deveria ser competência do MDA, a orientação às associações de produtores sobre os processos que são excessivamente complexos para obtenção do registro junto ao INPI e particularmente na manutenção da IG pós-

¹ Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Ciências Econômicas, UFRRJ.

² Professor Dr. Cezar Augusto Miranda Guedes, Depto de Economia, PPGDT, PPGCTIA/UFRRJ.

registro, bem evidenciado pelos próprios produtores no Seminário Internacional de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas.

Há também dificuldades apresentadas pelo associativismo vivido pelos produtores como forma de organização - Condição preliminar para obtenção do registro; Falta de conhecimento dos produtores e da sociedade civil em geral ao que é uma IG; A qualidade diferenciada dos produtos e da potencialidade da mesma de se tornar instrumento de um desenvolvimento que é inerente ao seu território.

Algumas dessas fragilidades podem ser observadas pelas páginas na *web*, apesar destas oferecerem muitas vezes informações turvas e limitadas sobre a real situação das IGs, até mesmo nas informações comerciais, como pontos de venda. Nesse caso a participação no Seminário Internacional de IG e Marcas Coletivas foi essencial para captura dessas conclusões.

CONCLUSÃO

A conclusão preliminar é que apesar da fragilidade em que se encontram a maior parte das Indicações Geográficas Brasileiras, pode ser percebido o seu potencial papel promissor como um instrumento de desenvolvimento territorial. Isto é visível em alguns casos exitosos que comprovam tal possibilidade, como é o caso das IG's do Vale dos Vinhedos-RS, do Café do Cerrado Mineiro e Café da Mantiqueira entre outros. Um dos principais problemas consiste em que depois do reconhecimento INPI há um desafio maior presente na nova forma de produzir e vender. Há também outros problemas nas políticas territoriais, separadas do trabalho de divulgação e da implementação das Indicações Geográficas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CONFRAD/NEAD, 2003.

BRASIL. **Companhia Nacional de Abastecimento**. CONAB.

DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

DORIGON, Clovis e RENK, Arlene. **Técnicas e Métodos Tradicionais de Processamento de Produtos Coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada**. In Rev. de Economia Agrícola, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 101-113, jan./jun. 2011.

GUEDES, Cezar Augusto Miranda e SILVA, Rocío. **Agri-food geographical indications, policies, and social management: Argentina, Brazil, and the Spanish experience in the European context**. In: Análise Social. Número 211, Segundo trimestre, Vol XLIX. Lisboa: ICS, Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_211_d03.pdf

INSTRUÇÃO NORMATIVA 25/2013. **Condições para o registro das Indicações Geográficas**. Disponível em: <www.inpi.gov.br/portal>

MALUF, Renato S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

NIEDERLE, Paulo André. **Controvérsias sobre a noção de Indicações Geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão**. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre. 2009.

SAUTIER, D. **Geographical indication in developing countries today: trends, hindrances and opportunities.** Meeting of Siner-GI Project. Montpellier, 2006.

SOUZA, Maria Célia Martins de; MENASCHE, Renata; CERDAN, Claire. **Produção e Consumo de Alimentos em Mudança: identidade cultural, tradição e modernidade.** In Rev. de Economia Agrícola, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 7-9, jan./jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (INPI). Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/images/docs/lista_com_as_indicacoes_geograficas_concedidas_-_14-10-2014.pdf>

Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte Gaúcho. Disponível em <<http://www.aproarroz.com.br/>>

Café do Cerrado Mineiro. Disponível em <<http://cafedocerrado.org/>>

Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos. Disponível em <<http://www.valedosvinhedos.com.br/vale/index.php>>

Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça de Paraty. Disponível em <<http://apacap.com.br/>>

Associação dos Produtores de Vinhos de Pinto Bandeira. Disponível em <<http://asprovinho.com.br/>>

Doce de Pelotas. Disponível em <http://www.docesdepelotas.org.br/empresa>

Associação dos Produtores de Café da Mantiqueira. Disponível em <<http://www.apocam.com.br/>>

Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe. Disponível em: <<http://www.progoethe.com.br/>>

Associação dos Produtores Artesanais da Cachaça de Salinas. Disponível em: <<http://apacs.com.br/>>

Porto Digital. Disponível em: < <http://www.portodigital.org/>.

Associação de Produtos dos Vinhos dos Altos Montes. Disponível em: <<http://www.apromontes.com.br/>>